

**Escola de Especialização em  
Gestão Pública de Organizações  
de Saúde**



**CONTENÇÃO DE GASTOS NA UNIDADE  
BÁSICA DE SAÚDE ATRAVÉS DE AÇÕES  
SUSTENTÁVEIS**

Autor: Maira de Andrade Ferreira

Orientador: Oscarina da Silva Ezequiel



**2016**





## **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA DE ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE**

### **CONTENÇÃO DE GASTOS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE ATRAVÉS DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS MAIRA DE ANDRADE FERREIRA PROFESSORA: OSCARINA DA SILVA EZEQUIEL**

#### **1) Apresentação**

A boa gestão do gasto público leva ao não desperdício de recursos disponíveis ao Estado, possibilitando a sua aplicação nos mais diversos setores. A promoção da sustentabilidade ambiental e socioeconômica através de redução de gastos em ações simples como a economia de copos plásticos, água, entre outros, resulta na inserção da variável socioambiental no ambiente do serviço público (CAMBAÚVA, 2013).

Esta correlação entre gestão pública e a variável socioambiental leva a intersectorialidade, sendo esta necessária e benéfica, já que aumenta a capacidade de produzir projetos afins (BARROS, 2009).

A relação da saúde com os diversos setores é antiga, antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) a saúde era responsabilidade de diversos ministérios, após 1988 houve a unificação do sistema de saúde, levando à descentralização da gestão que passou a ser responsabilidade não só do âmbito federal, mas também do estadual e municipal (BRASIL, 2002).

A inter-relação entre o setor da saúde e do meio ambiente é pouco estudada. Há uma necessidade de se correlacionar saúde com meio ambiente, já que a saúde possui além da dimensão biomédica, dimensões éticas, sociais e culturais, sendo a questão ambiental um dilema importante (FREITAS & PORTO, 2006).

Na prática, vemos como um problema presente nos postos e centros de saúde um grande desperdício de recursos, como exemplo o desperdício de copos descartáveis. Este se constitui em desperdício de recursos naturais, acúmulo de lixo (entrando aí a responsabilidade do setor de meio-ambiente) e gastos financeiros (BANDIERA et al, 2009).



Quanto ao desperdício de recursos, deve-se pontuar que as verbas recebidas da União são aplicadas pelos Estados e Municípios, tendo estes, grande poder de decisão sobre os recursos. O desperdício de recursos públicos devido a ineficiência da gestão pública é algo que deve ser combatido, uma vez que leva a gastos desnecessários (SILVA & BONACIM, 2010).

Em uma pesquisa realizada por Bandiera, Prat e Valletti (2009) evidenciou-se que, na Itália, gastos desnecessários gerados pela má gestão pública representam 83% do total de desperdício de dinheiro público na aquisição de bens.

Já no Brasil, não se tem ideia do grau de desperdício associado ao gasto público, mas sabemos que o gasto público é da ordem de 33% do Produto Interno Bruto (sem levar em conta o serviço da dívida) (VILLELA, 2006).

É de suma importância a conscientização da sociedade em geral sobre a existência do desperdício passivo, constituindo-se este no gasto desnecessário para o ente público, onde servidor ou gestor não obtém vantagem financeira para si, gerando prejuízo na prestação dos serviços público (DIAS et al, 2012).

Pela perspectiva orçamentária, estudos mostram que a utilização de produtos, serviços e obras de menor impacto ambiental reduzem os gastos do governo com políticas de reparação de danos ambientais, além reduzirem os custos gerais dos órgãos em razão da maior durabilidade desses produtos e do conseqüente menor consumo de energia (Jr & Carlos, 2014).

A economia de recursos é possível em todos os setores e não somente específicos no da saúde. Os gastos com materiais supérfluos geralmente passam despercebidos e no final, se calculados, geram um montante de dinheiro significativo (VILLELA, 2006).

Uma simples intervenção educativa para que haja redução do consumo de energia elétrica, água, copos, entre outros, levará a uma grande redução de gastos

## **2) Justificativa**

Para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG (BRASIL, 2002), as compras sustentáveis aglutinam um viés ambiental e um viés ético e



constituem “uma solução para integrar considerações ambientais e sociais em todas as fases do processo de compra e contratação de governos, visando reduzir impactos sobre a saúde humana, o meio ambiente e os direitos humanos”.

O setor de saúde tem muitos benefícios ao se juntar com outros setores da administração pública, desse modo, projetos que visem a contenção de gastos são de suma importância para que haja uma melhoria nos diversos setores.

O programa “Vitória Sustentável” iniciou, em 2010, um trabalho visando a redução de gastos nas despesas de custeio da Prefeitura Municipal de Vitória que previa entre outras ações a redução com gastos de energia, água, telefonia, reprografia etc. Este programa constitui-se num exemplo de que as atitudes e as ações desenvolvidas separadamente em cada Secretaria podem ser consolidadas num esforço único, obtendo assim resultados que, neste caso, possam resultar na preservação do meio ambiente e na promoção sadia da qualidade de vida para as presentes e as futuras gerações (Vitória, 2011, p. 2).

A cidade de Borda da Mata (MG) tem uma população de 17.118 habitantes, segundo censo de 2010, e foi fundada há relativamente pouco tempo, 91 anos. Possui sete postos de atendimento à saúde, onde há um importante número de servidores (BORDA DA MATA, 2016).

Estes locais são estratégicos para a implantação de políticas que visem a economia de recursos que poderão ser investidos em áreas deficientes do município.

Esse projeto de contenção de gastos é o primeiro passo para a contenção de gastos em outros setores, outros postos, outras cidades. Assim será criada uma consciência de economia de recursos desnecessários e cuidados com a natureza, além de visar a intersectorialidade dos projetos, visando uma consciência global da gestão pública.

### **3) Objetivo Geral**

Promover a sensibilização dos servidores públicos, inclusive os não gestores, além dos colaboradores que fazem parte da instituição, quanto às questões



ambientais, estimulando mudanças de atitude no seu cotidiano a respeito dos desperdícios de materiais de consumo (papel e copos descartáveis entre outros), de energia elétrica, de água, da coleta seletiva e destinação adequada dos resíduos; das licitações sustentáveis, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade de vida, além da otimização de recursos ambientais e financeiros.

#### **4) Objetivos Específicos**

- ✓ Incorporar princípios de sustentabilidade nas atividades cotidianas;
- ✓ Reduzir o consumo de copos plásticos, promovendo a consciência ambiental;
- ✓ Promover uma consciência coletiva de cuidado com o meio ambiente;
- ✓ Implantar recursos adquiridos através da redução de gastos em setores carentes de recursos;
- ✓ Promover uma visão de gestão pública voltada para a intersetorialidade, em que a saúde está em um contexto complexo, interligada intimamente ao meio ambiente;
- ✓ Reduzir custos.

#### **5) Metodologia**

A intervenção proposta envolverá os gestores municipais, incluindo os coordenadores de todos os segmentos. Estarei sob a responsabilidade de promover ações para coordenar o projeto e reunir o maior número de coordenadores ativos do município para dar início às atividades. Os coordenadores formarão uma comissão afim de orientar os passos da intervenção e discutir como cada setor está reagindo. Serão utilizados materiais como folders e outros materiais educativos, visando a sensibilização dos servidores para as questões ambientais.

A intervenção será realizada seguindo as seguintes etapas:

1. Criação e regulamentação da Comissão Gestora para a realização do projeto;

2. Diagnóstico da situação com a avaliação dos principais pontos críticos a serem considerados: Serão realizadas reuniões para esta averiguação, além de avaliações dos dados coletados mensalmente das UBS's quanto aos gastos das mesmas;
3. Execução de ações, priorizando as situações mais críticas, tais como a economia de energia elétrica e a economia de copos plásticos;
4. Promoção de conscientização de todos os servidores e pessoal envolvido através de palestras e outros: A comissão do projeto se reunirá para designar os atores responsáveis pelas palestras e para decidir o conteúdo abordado;
5. Avaliação do andamento do projeto e reunião com todos os envolvidos para programação de novas abordagens: Esta avaliação será quinzenal e contará com todos os envolvidos no projeto, sendo a avaliação através de dados coletados pelos coordenadores;
6. Avaliação do projeto: Os envolvidos no projeto relatarão as experiências que tiveram, relatarão como foi recebido o projeto e mostrarão os dados coletados durante o projeto, relativo aos gastos que foram diminuídos. Assim a comissão do projeto fará a avaliação do mesmo;
7. Reprogramação do projeto baseado nos pontos críticos avaliados;
8. Apresentação dos resultados e programação para a continuidade do projeto: Será realizada uma reunião com todos os envolvidos para a apresentação final dos resultados obtidos e para o debate das devidas mudanças necessárias para a continuação e melhoria do projeto.

## 6) Resultados Esperados

Espera-se obter uma economia de recursos públicos, com consequente sobra de verbas para a implantação em outros setores carentes.

Além disso, a consciência de preservação ambiental será levada ao setor de saúde, levando a uma intersectorialidade e ajuda mútua entre os setores de saúde e ambiental.

Sendo este projeto um começo, pequeno passo, para que a partir disso seja

implantado em outros postos, outras cidades e em toda a região, visando sempre a contenção de gastos e a educação ambiental.

Também é esperado que os gestores públicos levem outros projetos de contenção de gastos à frente, formando nos servidores uma consciência de economia e implantação correta dos recursos.

## 7) Cronograma

	Atividades	2016					
		Mai o	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro
1	Apresentar o projeto o gestor municipal de saúde para aprovação	x					
2	Reunir com os profissionais de saúde envolvidos para apresentação da proposta	x					
3	Promover rodas de conversa para sugestões		x				
4	Realizar oficinas de trabalho			x			
5	Produção de atividades				x		
6	Avaliação do andamento do projeto				x		
7	Reprogramação de acordo com os pontos críticos					x	

8	Execução de acordo com a reprogramação					X	
9	Apresentação dos resultados						X

## 8) Orçamento

ORÇAMENTO			CUSTO	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	UNITÁRIO	SUBTOTAL
1	Papel A4	2	0,10	0,20
2	Caneta hidrocor	2	1,50	3,00
3	Cartolina	4	0,80	8,00
4	Cola	1	2,00	2,00
5	Fita adesiva	2	1,00	2,00
6	Papeis A4 - coloridos	20	0,10	2,00
7	Copos descartáveis	2pcts	3,50	7,00
8	Revistas velhas	10	1,00	10,00
<b>TOTAL</b>			<b>34,20</b>	

## 9) Referências

BANDIERA, O., PRAT, A., & VALLETTI, T. Active and passive waste in government spending: evidence from a policy experiment. **American Economic Review**, 99 (4), 1278-1308. 2009.

BARROS, Caetano Magalhães de. **GESTOR PÚBLICO: uma análise das principais competências requeridas nos dias atuais**. Belo Horizonte, 2009

BORDA DA MATA. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Borda\\_da\\_Mata&oldid=42608054](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Borda_da_Mata&oldid=42608054). Acesso em: 24 abr. 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde. **O Desenvolvimento do Sistema Único de Saúde: avanços, desafios e reafirmação dos seus princípios e diretrizes**. Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

CAMBAÚVA, Daniella. Eficiência contra o desperdício na administração pública. **IPEA**. Ano 10. Edição 76. 2013.



DIAS, L., PEREIRA, J., FARIAS, M., PAMPLONA, V.. Fatores Associados ao Desperdício de Recursos da Saúde Repassados pela União aos Municípios Auditados pela Controladoria Geral da União. **Revista Cont. Fin.** – USP, São Paulo, v. 24, n. 63, p. 206-218, set./out./nov./dez. 2013

FREITAS, C. M., & Porto, M. F.. **Saúde, ambiente e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Fiocruz. 2006

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **Instrução Normativa nº 001, de 19 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências. Diário Oficial da União, Seção 1, Brasília, DF, 20 jan. 2010. Disponível em: <http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/legislacaoDetalhe.asp?ctdCod=295>. Acesso em: 01 abr. 2014.

Prefeitura Municipal de Vitória. **Vitória Sustentável**. Disponível em: <http://sistemas.vitoria.es.gov.br/vitoriainovando/artigos/2011/vitriasustentvel.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2016.

SILVA, Daiane Rodrigues da. BONACIN, Carlos Alberto Grespan. A Influência da Lei de Responsabilidade Fiscal na Gestão das Contas Públicas Segundo a Percepção de um Contador. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul/dez 2010.. Disponível em: Acesso em: 22 Nov. 2014.

VILELLA, Renato. **A qualidade do gasto público**. IPEA Desafios do Desenvolvimento. Ano 3 . Edição 18. 2006.

VOGELMANN JR; JORGE CARLOS. **Roteiro Prático de Ações Sustentáveis na Administração Pública**. Porto Alegre: ESAF, 2014.